

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Fundamentos, Formação Histórica e Tendências Atuais do Direito do Trabalho	15
1. Introdução	15
2. Primeira Revolução Industrial – Fenômeno localizado (Inglaterra) entre 1750 e 1800	16
3. Segunda Revolução Industrial (1800 a 1900) – Fenômeno expandido pela Europa e América do Norte chegando ao Japão	18
4. Primeira Guerra Mundial. Tratado de Versalhes. Crise do entre guerras. Discussão dos direitos sociais	20
5. A experiência autoritária e o direito do trabalho: fascismo e nazismo	22
6. Após a Segunda Guerra Mundial	23
7. A retomada da diminuição da intervenção do Estado dos anos 1980 e 1990	25
8. A formação histórica do Direito do Trabalho no Brasil	27
9. Tendências atuais do direito do trabalho	36
10. Anexo – Carta Encíclica “Rerum Novarum”	43
Capítulo 2 – Direito do Trabalho: Conceito. Divisão Interna. Natureza Jurídica. Autonomia	62
1. Introdução	62
2. Conceito de Direito do Trabalho	62
3. Divisão interna do Direito do Trabalho	63
4. A natureza jurídica do direito do trabalho	64
4.1. Origens da controvérsia	64
4.2. Critérios da distinção entre direito público e privado	68
4.3. Teorias sobre a natureza jurídica do direito do trabalho	72
4.3.1. Direito privado	74
4.3.2. Direito público	75
4.3.3. Direito social	76
4.3.4. Direito misto	76
4.3.5. Direito unitário	77
4.3.6. Os posicionamentos estudados e as atuais perspectivas	78

5. Autonomia do Direito do Trabalho	82
5.1. Autonomia científica — em relação a doutrina e princípios	82
5.2. Autonomia legislativa	83
5.3. Autonomia didática	83
5.4. Outros elementos de autonomia.....	83

Capítulo 3 — Fontes do Direito do Trabalho. Classificação e Hierarquia. Conflitos e suas Soluções.

A Hierarquia das Fontes Formais de Direito do Trabalho.....	84
1. Introdução	84
2. Classificação das fontes	85
2.1. Fontes materiais	86
2.2. Fontes formais	87
2.2.1. Fontes formais autônomas	88
2.2.1.1. Convenção coletiva de trabalho e acordo coletivo de trabalho	88
2.2.1.1.1. A eficácia das normas coletivas.....	89
2.2.1.1.2. Outras características das convenções e acordos coletivos.....	91
2.2.1.2. Fontes formais heterônomas	94
2.2.1.2.1. Constituição	95
2.2.1.2.2. Lei, em sentido amplo	95
2.2.1.2.3. Tratados e Convenções Internacionais	97
2.2.1.2.4. Sentença normativa	99
2.2.1.2.5. Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal	102
3. Fontes de enquadramento controvertido	103
3.1. Costume	103
3.2. Regulamento da empresa	106
3.3. Analogia	108
3.4. Princípios gerais do Direito.....	110
3.5. Equidade	111
3.6. Jurisprudência	112
3.7. Sentença arbitral.....	115
3.8. Cláusulas do contrato individual de trabalho	116
4. Hierarquia das fontes formais — no direito do trabalho não há quebra da hierarquia das normas.....	117

Capítulo 4 — Conceito, Características e Distinção entre Princípio e Regra. Funções dos Princípios.

Princípios do Direito do Trabalho.....	123
1. Conceito, características e distinção entre princípio e regra.....	123
2. Funções dos princípios de Direito do Trabalho.....	127

3. Princípios do Direito do Trabalho	128
3.1. Princípio da proteção	131
3.1.1. <i>In dubio pro operario</i>	137
3.1.2. Aplicação da norma mais favorável ao empregado.....	139
3.1.3. Da aplicação da condição mais benéfica ao empregado.....	142
3.2. Princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas.....	145
3.3. Princípio da autonomia coletiva.....	147
3.4. Princípio da primazia da realidade.....	155
3.5. Princípio da continuidade da relação de emprego.....	158
3.6. Princípio da não discriminação	161
Capítulo 5 – Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho.....	167
1. Fundamentos da tutela de direitos no tempo.....	167
2. Objeto da prescrição	168
3. Objeto da decadência	172
4. Critérios distintivos entre prescrição e decadência.....	173
5. A prescrição na CLT antes e depois da Lei n. 13.467/17	178
6. Regra geral dos prazos prescricionais trabalhistas. Trabalhadores urbanos e rurais. Início da contagem. Art. 7º, inciso XXIX, da CF e art. 11, <i>caput</i> , da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/17	180
7. Prescrição e o FGTS	183
7.1. Prescrição da pretensão do não recolhimento dos depósitos do FGTS (principal). STF-ARE-709212/DF	183
7.2. Prescrição da pretensão dos reflexos do FGTS sobre verbas de natureza remuneratória (acessório).....	184
8. Prescrição sobre pretensões meramente declaratórias	184
9. Prescrição das pretensões trabalhistas dos empregados domésticos. LC n. 150/2015.....	185
10. Início da contagem dos prazos prescricionais. Aviso-prévio. Períodos descontínuos de trabalho	185
11. Fim do prazo prescricional em feriado, recesso ou em férias forenses.....	186
12. Renúncia, contraditório e indisponibilidade dos prazos prescricionais	187
13. Interrupção da contagem dos prazos prescricionais. Art. 11, § 3º, da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/17	188
14. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição	190
15. Prescrição intercorrente. Art. 11-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/17.....	202
15.1. Principais argumentos favoráveis à incidência de prescrição intercorrente na execução trabalhista.....	204
15.2. Principais argumentos contrários à incidência de prescrição intercorrente na execução trabalhista	205

15.3. Prescrição intercorrente dos executivos fiscais para cobrança de multa administrativa aplicada pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego e da execução dos créditos previdenciários na Justiça do Trabalho	207
16. Prescrição da pretensão de indenização por danos morais	208
17. Prescrição da pretensão de indenização por acidente do trabalho e casos equiparados	210
18. Legitimidade para arguição da prescrição	213
19. Momento para a arguição da prescrição	214
20. Declaração da prescrição de ofício pelo juiz — na fase de conhecimento.....	215
21. Prescrição total e parcial. Prescrição das prestações sucessivas. Art. 11, § 2º, da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/17	219
21.1. Alguns casos de prescrição total.....	221
21.1.1. Supressão ou alteração de comissões	221
21.1.2. Supressão de realização e de pagamento de horas extras	221
21.1.3. Planos econômicos	222
21.1.4. Horas extras pré-contratadas.....	223
21.1.5. Reenquadramento funcional	223
21.2. Alguns casos de prescrição parcial.....	224
21.2.1. Equiparação salarial.....	225
21.2.2. Desvio de função	225
21.2.3. Gratificação semestral — congelamento.....	225
21.2.4. Diferenças salariais decorrentes de plano de cargos e salários	226
21.3. Estudo de caso.....	226
21.4. Esquema	227
22. Ação rescisória. Prazo prescricional. Prescrição total ou parcial. Matéria infraconstitucional	227
23. Prescrição das pretensões de complementação de aposentadoria	228
23.1. Complementação dos proventos de aposentadoria. Parcela nunca recebida. Prescrição total ...	228
23.2. Complementação dos proventos de aposentadoria. Diferenças. Prescrição parcial.....	229
24. Prescrição da pretensão de parcelas oriundas de sentença normativa	229
25. Prescrição e mudança de regime jurídico de celetista para estatutário	229
26. Complementação da pensão e auxílio funeral.....	230
27. Prescrição e os direitos trabalhistas com objeto difuso	230
Capítulo 6 — Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Elementos da Relação de Emprego.....	244
1. Introdução	244
2. Natureza jurídica da relação de trabalho	246
3. O trabalho como fator de produção e como esforço humano voltado para a realização de um fim.....	247
4. Divisão social do trabalho.....	249

5. Elementos da relação empregatícia	251
5.1. Prestação pessoal de serviços a outrem: a personalidade.....	254
5.2. Não eventualidade.....	258
5.3. Subordinação	265
5.4. Contraprestação mediante salário: a onerosidade	272
Capítulo 7 — Relações de Trabalho <i>Lato Sensu</i>: Trabalho Autônomo, Eventual, Temporário, Avulso, Portuário e Aquaviário. Estágio. Trabalho Voluntário. Cooperativas de Trabalho. Transportador Autônomo de Cargas	279
1. Trabalho Autônomo.....	279
2. Trabalho eventual	284
3. Trabalho temporário	288
4. Trabalho avulso, portuário e aquaviário	292
5. Estágio	301
6. Trabalho voluntário	309
7. Cooperativas de trabalho	311
7.1. Histórico. Evolução normativa	311
7.2. Conceito. Características. Classificação	313
7.3. Reflexos normativos específicos na legislação trabalhista.....	317
7.3.1. Direito individual (vínculo de emprego).....	317
7.3.2. Direito coletivo. Representação sindical	319
8. Transportador autônomo de cargas	320
8.1. Aspectos materiais	321
8.2. Aspectos processuais.....	323
Capítulo 8 — Empregado: Conceito e Caracterização. Tipos Especiais de Empregados.....	326
1. Conceito e caracterização de empregado	326
2. Trabalho subordinado e trabalho autônomo	326
3. Não eventualidade e continuidade	328
4. Pessoa física e pessoa jurídica como prestadores de trabalho. A questão da personalidade.....	329
5. Trabalho oneroso e trabalho gratuito.....	333
6. Altos empregados: trabalhadores intelectuais, cargos de confiança. Os diretores e os sócios.....	334
6.1. Empregados ocupantes de cargo de confiança: regra geral	334
6.2. Efeitos restritivos do exercício de cargo ou função de confiança	336
6.3. Empregados ocupantes de cargo de confiança: regra específica dos bancários.....	338

6.4. Diretores empregados	340
6.5. Empregado previsto no art. 444, parágrafo único, da CLT.....	341
6.6. Sócio empregado.....	343
7. Trabalhadores intelectuais.....	344
8. Mãe social.....	345
9. Índios	347
10. Aprendiz.....	349
11. Trabalho realizado em domicílio	355
12. Teletrabalho.....	357
13. Empregado doméstico.....	362
14. Empregado rural	385
Tratamento legal diferenciado ao empregado rural.....	386
15. Empregado intermitente	391
Capítulo 9 – Empregador: Conceito, Caracterização. Grupo Econômico. Sucessão de Empregadores	393
1. Conceito e caracterização do empregador	393
2. Poderes do empregador	395
2.1. Poder de direção	395
2.2. Poder de organização	397
2.3. Poder de controle ou de fiscalização.....	397
2.4. Poder disciplinar	399
3. Limites ao poder potestativo e abuso de direito do empregador.....	401
4. Distinção entre empresa e estabelecimento	403
5. Grupo econômico	404
6. Consórcio de empregadores rurais	409
7. Sucessão de empregadores.....	411
8. Cessão de carteira de clientes – Sucessão	414
9. Cessão de marca – Sucessão	414
10. Desmembramentos de municípios – Ausência de sucessão	414
11. Contrato de arrendamento – Sucessão	415
12. Contrato de franquia – Ausência de sucessão	415
13. Cartório de registros – Mudança de titular – Sucessão	416
Capítulo 10 – Terceirização no Direito do Trabalho. Diretrizes Jurisprudenciais. Disposições Legais. Elementos Caracterizadores. Algumas Hipóteses de Terceirização com Peculiaridades. Responsabilidade pelas Obrigações Trabalhistas.....	417
1. Breve histórico	417

2. Base normativa	419
3. Base jurisprudencial.....	420
4. Terceirização em geral prevista na Lei n. 6.019/74, com redação dada pelas Leis ns. 13.429/17 e 13.467/17	424
4.1. Conceito legal e objeto da terceirização de serviços em geral.....	425
4.2. Empresa prestadora de serviços a terceiros.....	427
4.3. Empresa tomadora dos serviços.....	428
4.4. Contrato de prestação de serviços a terceiros.....	429
4.5. Direitos dos trabalhadores terceirizados (empregados da empresa prestadora de serviços)	429
4.6. Quarentena de contratação da empresa prestadora de serviços	431
4.7. Quarentena dos empregados	431
4.8. Quarteirização de serviços e terceirização em cadeia	431
5. Elementos caracterizadores da relação terceirizada de trabalho	433
5.1. Vínculo jurídico de natureza contratual.....	433
5.2. Relação pelo menos trilateral	434
5.3. Coexistência de obrigações complexas	435
5.4. Capacidade econômica da empresa prestadora compatível com a execução dos serviços contratados	436
5.5. Direção do trabalho pela prestadora dos serviços	437
5.6. Boa-fé entre as partes.....	438
5.7. Quaisquer atividades podem ser objeto de terceirização, inclusive a atividade principal da tomadora de serviços.....	439
6. Algumas hipóteses de terceirização com peculiaridades.....	439
6.1. Trabalho temporário	439
6.2. Serviços de vigilância, transporte de valores e segurança.....	440
6.3. Administração pública	442
6.4. Subempreitada	445
6.5. Dono da obra	445
6.6. Cooperativas de trabalho.....	446
7. Responsabilidade pelas obrigações trabalhistas na terceirização de trabalho.....	449
7.1. Lícitude da prática da terceirização. Cumprimento efetivo das normas sobre a matéria	449
7.2. Responsabilidade na terceirização lícita (que observa as normas sobre a matéria na prática)	451
7.2.1. Responsabilidade da empresa prestadora de serviços. Responde primeiramente	451
7.2.2. Responsabilidade do tomador de serviços. Responde de forma subsidiária.....	452
7.2.3. Tomador privado. Requisitos para responsabilidade subsidiária do tomador privado	453
7.2.4. Tomador público. Requisitos para responsabilidade subsidiária de tomador público. Conduta culposa. ADC 16, ADPF 324, RE 958252 e ARE 791932	454

7.2.4.1. Pedido de vínculo empregatício com a administração pública em casos de servidores públicos contratados por empresa prestadora de serviços (terceirização).....	457
7.2.4.1.1. Após a vigência da CF de 1998	457
7.2.4.1.2. Antes da vigência da CF de 1998	457
7.2.4.2. Pedido de vínculo empregatício com a administração pública em casos de servidores públicos contratados pela administração pública, sem aprovação em concurso público (contratação direta)	458
7.3. Responsabilidade na terceirização ilícita (que não observa as normas sobre a matéria na prática). Nulidade do contrato de trabalho com a prestadora, declaração de vínculo de emprego com a tomadora e responsabilidade solidária dos devedores	459
7.4. Outros casos de responsabilidade solidária expressamente previstos em lei	461
7.5. Responsabilidade exclusiva e total do tomador	462
Capítulo 11 – A Natureza Jurídica do Vínculo de Emprego: Evolução, Convergência e Desafios da Atualidade	463
1. Introdução	463
2. Teorias civilistas	464
3. Teorias anticontratalistas	468
4. Teorias acontratalistas ou paracontratalistas	470
5. Teorias contratualistas	472
6. Teorias institucionalistas	474
7. Teoria do contrato-realidade	474
8. Convergência das teorias anticontratalistas e contratualistas. Posição do direito brasileiro em relação aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.....	476
Capítulo 12 – Contrato de Emprego: Denominação, Conceito, Classificação, Caracterização. Morfologia do Contrato. Elementos Integrantes: Essenciais e Acidentais	483
1. Denominação. Conceito. Características. Classificação	483
1.1. Contrato de Direito Privado	484
1.2. Consensual.....	485
1.3. Bilateral e sinalagmático	486
1.4. Comutativo	486
1.5. Oneroso	488
1.6. <i>Intuitu personae</i> em relação à pessoa do empregado.....	489
1.7. Trato sucessivo ou execução continuada	490
2. Elementos integrantes do contrato de emprego	492
2.1. Elementos essenciais.....	493
2.1.1. Capacidade das partes.....	493
2.1.2. Manifestação de vontade desprovida de vícios.....	495

2.1.2.1. Vícios da vontade	501
2.1.3. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	506
2.1.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	511
3. Elementos acidentais: condição e termo	513
Capítulo 13 – Alteração do Contrato de Emprego. Alteração Bilateral e Unilateral (<i>Jus Variandi</i>). O Direito de Resistência do Empregado (<i>Jus Resistentiae</i>). Alteração de Função. Remoção. Reversão. Promoção e Rebaixamento. Transferência de Local de Trabalho. Alteração da Jornada de Trabalho. Reflexos das Mudanças Realizadas Pela Lei n. 13.467/17 no Plano Coletivo na Validade das Alterações Contratuais	515
1. Introdução. Diferenças da possibilidade de alteração do contrato no direito civil e no direito do trabalho. Alterações contratuais subjetivas e objetivas.....	515
2. Alteração contratual bilateral	517
3. Alteração contratual unilateral: o <i>jus variandi</i>	518
4. <i>Jus resistentiae</i> : o direito de resistência do empregado	521
5. Alterações decorrentes da legislação.....	522
5.1. Alterações qualitativas	522
5.1.1. Alteração de função.....	523
5.1.1.1. Alterações funcionais lícitas.....	524
5.1.1.1.1. Destituição de cargo ou função de confiança, independentemente da concordância do empregado	524
5.1.1.1.2. Substituição eventual ou temporária	525
5.1.1.1.3. Alteração de local de trabalho do empregado	526
5.1.1.1.4. Promoção.....	527
5.1.1.2. Alterações quantitativas	528
5.1.1.2.1. Alterações redutoras da jornada de trabalho.....	528
5.1.1.2.2. Alterações ampliativas da jornada de trabalho	529
6. Reflexos das mudanças realizadas pela Lei n. 13.467/17 no plano coletivo na validade das alterações contratuais.....	529
Referências	535